

É com grata satisfação que apresento hoje, aqui, o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira, a vigorar no período compreendido entre 2007 e 2013. Estamos perante um documento de extrema relevância uma vez que define, para os próximos anos, as principais linhas de intervenção do Governo Regional.

O facto, reconhecido e louvado, de a Madeira, nos últimos trinta anos, ter evoluído de território pobre para o lote dos mais prósperos de Portugal e de ter ultrapassado a fasquia dos 75% do PIB per capita da União Europeia representou, na elaboração deste Plano, uma responsabilidade adicional.


A performance alcançada só foi possível porque os sucessivos governos do período autonómico souberam, em cada momento, interpretar correctamente o estágio de desenvolvimento em que a Região se encontrava e colocaram em prática soluções conducentes a um continuado progresso e bem estar social.

Estivemos, assim, confrontados com o desafio de consagrar e articular medidas que nos conduzissem a um futuro tão satisfatório quanto a realidade que hoje vivemos.

No âmbito de uma actuação responsável e proactiva não podíamos enjeitá-lo, deixando de preparar atempadamente os cenários com que nos depararemos e que serão substancialmente diversos daqueles que têm estado subjacentes ao modelo económico que ainda vigora e produz resultados.

Houve necessariamente que considerar o dimensionamento à escala mundial dos mercados, a crescente mobilidade de pessoas, bens e recursos financeiros, a afirmação do Capital Humano como fonte de crescimento económico, o reforço da importância das variáveis ambientais nos modelos de





desenvolvimento e a primazia que vêm assumindo as questões da Tecnologia e da Informação.

Houve, igualmente, que contemplar as recentes alterações na geografia da União Europeia que determinaram um mercado mais alargado mas também significativas restrições de natureza financeira e, bem assim, o enquadramento económico nacional que se tem caracterizado por agonizantes desempenhos.

Todos estes aspectos foram devidamente ponderados e relacionados com o diagnóstico transversal efectuado à Região no sentido se identificarem os caminhos a trilhar rumo ao Desenvolvimento que se pretende Sustentável.

Foi, então, neste contexto, que surgiram como prioridades estratégicas a Inovação, o Empreendedorismo e a Sociedade do Conhecimento, o Potencial Humano e Coesão Social, a Dimensão Ambiental, a Cultura e Património e, finalmente, a Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado.

Do ponto de vista orçamental, de salientar a forte aposta nas duas primeiras prioridades estratégicas referidas, o que é bem demonstrativo da relevância que assumirão as Pessoas e as acções tendentes à dinâmica, criatividade e iniciativa - também do tecido empresarial- como consequência do aparecimento de novas capacidades na investigação e na inovação.

Só com esta forma de actuar compatibilizaremos níveis elevados de crescimento económico e de harmonia social. Isto é, só com a elevação dos níveis educativos promoveremos a empregabilidade da força de trabalho e diversificaremos o tecido económico regional que não poderá ficar refém da basilar indústria do Turismo.

Só com mais e melhores competências solidificaremos a base produtiva existente e suscitaremos o aparecimento de actividades com futuro

relacionadas com as condições naturais do território, com os seus recursos e potencialidades específicas, com a informática e telecomunicações ou associadas à superação de condicionantes no domínio da energia ou à salvaguarda do meio ambiente.

Sendo uma das prioridades a Coesão Territorial, será óbvia a criação condições para que estas oportunidades ocorram de forma descentralizada, de modo a que, no médio prazo, esteja garantida equidade económica e o acesso generalizado a bens, serviços, equipamentos e, igualmente, aos resultados do progresso que se pretende alcançar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,


Estas são as linhas gerais de um Plano que adiante, por outros intervenientes, serão explicadas com maior profundidade.

Trata-se de um projecto ambicioso, sobretudo porque em causa está uma Região distante, pequena, isolada e periférica.

Mas serão várias as contingências a contornar. Por exemplo, algumas das competências fundamentais ainda não existem e serão, em muitos casos, apenas viabilizadas através da captação de capitais e inteligência estrangeira ou por via da cooperação.

Será, por outro lado, decisivo ultrapassar a exiguidade do mercado, quer trazendo mais gente à Madeira, quer internacionalizando as nossas empresas.

Será, igualmente, nuclear promover a iniciativa privada a um papel de liderança compensando, assim, o esperado menor investimento público e,



consequentemente, uma menor participação do Governo na actividade económica.

Estamos, no entanto, convictos de que este é o caminho a seguir e de que, tal como têm acontecido até aqui, são estas as soluções que melhor se adaptam ao estágio de desenvolvimento em que nos encontramos e ao contexto que enfrentaremos.

Acrescentaria ainda, como nota a sublinhar, que este não é Plano do Governo para o Governo. É um sistema de acções em prol da comunidade que só será bem sucedido se actores públicos e privados compreenderem que o sucesso da Região depende da sua participação activa.

Deste modo, estou certo de que todos, em conjunto, assumiremos a nossa quota parte de responsabilidade e asseguraremos a continuidade da trajectória de progresso que ao longo destes trinta anos nos tem acompanhado.

Os tempos que correm são difíceis, a conjuntura não é a melhor, as circunstâncias políticas envolventes não ajudam e os recursos financeiros são muito inferiores aos que no passado lográmos alcançar.

Mas temos a nosso favor o sabermos para onde ir. Qual o caminho a percorrer. Quais os objectivos a atingir.

Governar pressupõe cada vez mais imaginação, determinação e empenho. Espírito de missão e dedicação à causa pública na defesa intransigente dos interesses da Região.

Temos a consciência que quando se navega sem destino nenhum vento é favorável. Saberemos - como tentámos fazer até aqui - continuar a procura

do melhor vento por forma a levar o barco novamente a bom porto. Um porto seguro. Que garanta felicidade à geração do tempo que passa. E, fundamentalmente, às gerações vindouras do tempo que vem aí.

Muito Obrigado.

João Cunha e Silva

20-03-06